



resultados  
**2016**

relações com investidores

## RECONHECIMENTO DO RBSE COM BASE NA NOTA TÉCNICA 336/2016 DA ANEEL

**São Paulo, 23 de Fevereiro de 2017** – A **CTEEP** - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4), anuncia seus resultados do ano de 2016. As informações financeiras e operacionais dos períodos, exceto onde indicado o contrário, são apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (IFRS).

### DESTAQUES 2016

- **RBSE: Nota Técnica ANEEL nº 336/2016** – O resultado do reconhecimento no ano de 2016, relativo a remuneração do ativo de concessão do RBSE foi de **R\$ 8,8 bilhões**, com impacto de **R\$ 7,3 bilhões** no ativo financeiro, **R\$ 6,5 bilhões** na receita operacional líquida, **R\$ 2,2 bilhões** nas provisões de IRPJ e CSLL diferidos e **R\$ 4,3 bilhões** no lucro líquido do ano. (R\$ 206,8 milhões de remuneração do ativo no 4T16) O efeito caixa, está previsto para iniciar em julho de 2017.
- **Leilão 013/2015 – Parte II (ANEEL)** - Vencedora dos lotes 3 e 4, em parceria com a TAESA, através do Consórcio Columbia, na proporção igualitária de 50% e vencedora do Lote 21, de forma individual.
- **Distribuição de Proventos:** Deliberação de R\$ 247,5 milhões de dividendos aos acionistas, referente ao exercício de 2016, correspondentes a R\$ 1,502543 por ação de ambas as espécies, com payout de 5%.
- **Dividendos das Subsidiárias:** Recebimento em 2016, de dividendos no montante de R\$ 79,2 milhões das subsidiárias Evrecy, IEJapi, IEPinheiros e IEMadeira;
- **Debêntures de Infraestrutura:** Em 15 de julho de 2016 a CTEEP emitiu R\$ 148,3 milhões de debêntures simples, não conversíveis em ações, nos termos da ICVM 476/2009, com remuneração de IPCA +6,0413% a.a. e vencimento em 15/07/2021.
- **Prêmio ABRASCA 2016:** Pelo segundo ano consecutivo, a CTEEP foi uma das vencedoras do Prêmio da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), que destaca os melhores Relatórios Anuais e de Sustentabilidade do ano.
- **Great Place to Work:** A Companhia foi eleita, em 2016, uma das "Melhores Empresas para Trabalhar", segundo o ranking elaborado pelo Great Place to Work (GPTW), instituto internacional que promove pesquisas organizacionais em 53 países.

Principais Indicadores (R\$ milhões)	IFRS			REGULATÓRIO	
	2016 RBSE	2016 ex-RBSE	2015	2016	2015
Receita Líquida	7.789,2	1.285,6	1.287,1	954,8	889,6
EBITDA	7.404,9	901,3	675,8	487,9	411,2
Margem EBITDA	95,1%	70,1%	52,5%	51,1%	46,2%
Lucro Líquido	4.949,3	656,9	517,2	245,8	246,7
Margem Líquida	63,5%	51,1%	40,2%	25,7%	27,7%

Rating: Fitch AAA(bra)

## SUMÁRIO

A CTEEP .....	4
Desempenho Operacional .....	5
RBSE .....	7
Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS .....	8
Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório .....	14
Leilão 013/2015 – Parte II .....	22
Evento Subsequente .....	24
Mercado de Capitais .....	25
Anexos .....	26
▪ Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS .....	26
▪ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil) .....	28
▪ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil) .....	29
▪ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil) .....	30
▪ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil) .....	31
▪ Anexo VI – Subsidiárias .....	32
▪ VIII – Balanço Patrimonial Regulatório .....	33
▪ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório .....	35
▪ Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP) .....	36

## A CTEEP

A CTEEP é uma das principais concessionárias privadas do setor de transmissão de energia do Brasil, atualmente, é responsável pelo transporte anual de cerca de 24% de toda a energia elétrica produzida no país, 60% da energia consumida na Região Sudeste e quase 100% no Estado de São Paulo.

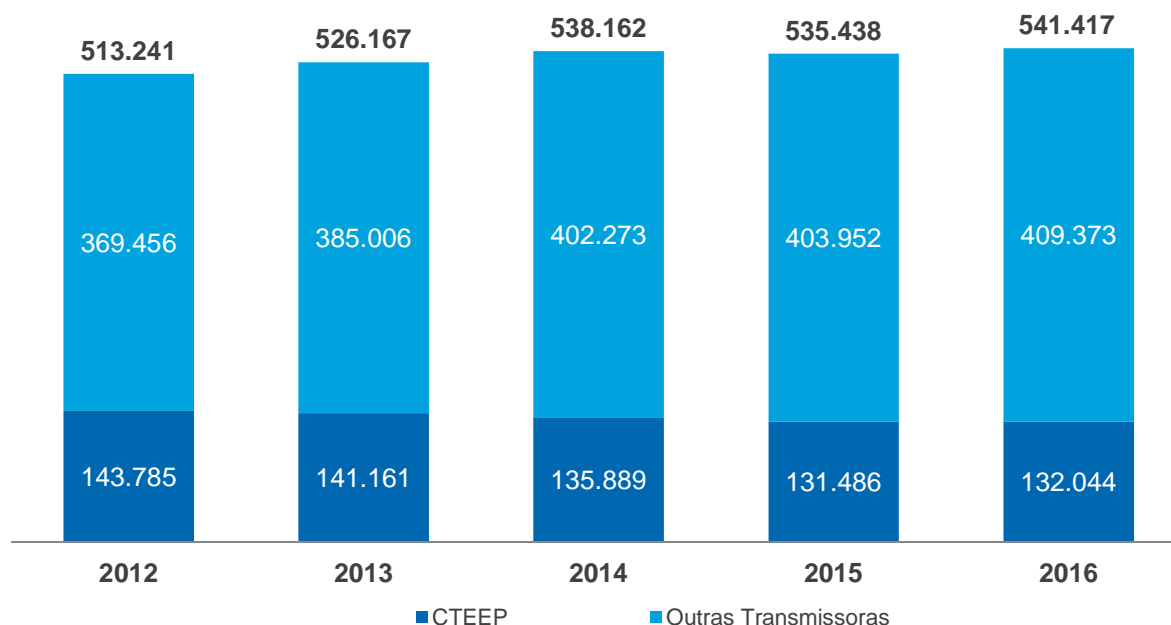
A Companhia está sediada em São Paulo e marca presença, com ativos próprios e por meio de subsidiárias e participações, em 16 estados brasileiros: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco e Alagoas.

A Companhia detém participação acionária em empresas constituídas para a prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica: IEMG (Interligação Elétrica de Minas Gerais), IEPinheiros (Interligação Elétrica Pinheiros), IESerra do Japi (Interligação Elétrica Serra do Japi), IEGaranhuns (Interligação Elétrica Garanhuns), IEMadeira (Interligação Elétrica do Madeira), IESUL (Interligação Elétrica Sul), IENNE (Interligação Elétrica Norte e Nordeste) e Evrecy.

A CTEEP e suas subsidiárias têm uma infraestrutura robusta com capacidade instalada de 56.237 MVA de transformação, com 18.633 km de linhas de transmissão, 25.785 km de circuitos, 2.358 km de cabos de fibra óptica próprios e 122 subestações com tensão de até 550 kV. Essa rede é integrada, viabilizando acesso aos clientes livres, bem como à conexão das empresas geradoras e das distribuidoras, que levam a energia elétrica até os consumidores finais.

Abaixo é demonstrada a participação, em GWh, da CTEEP no Sistema Interligado Nacional (SIN) de 2012 a 2016.

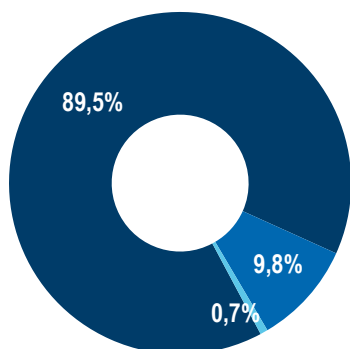
GWh



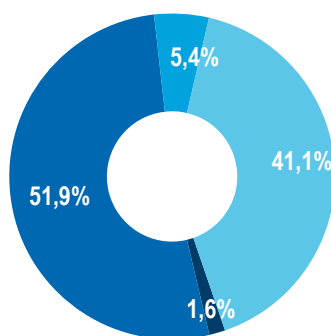
### Composição Acionária

Controlada pela ISA, empresa multilatina de sistemas de infraestrutura lineares, a CTEEP tem entre seus investidores a Eletrobras, maior grupo brasileiro de energia elétrica e mais de 60 mil acionistas pessoas física e jurídica de diferentes países, dos quais destacam-se abaixo os detentores de mais de 5% das ações ordinárias ou preferenciais. Das ações preferenciais, estão em poder de investidores nacionais 79% e 21% por investidores estrangeiros.

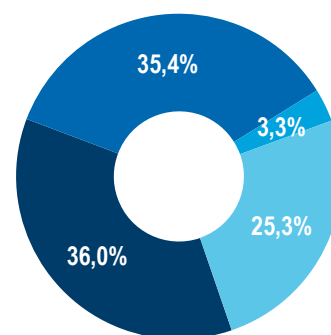
**Ações Ordinárias – TRPL3**  
(39% do Capital Social do total)



**Ações Preferenciais – TRPL4**  
(61% do Capital Social total)



**Capital Social Total**



■ ISA Capital do Brasil ■ Eletrobras ■ Vinci Ltda ■ Outros

### Estrutura Societária

A estrutura societária da CTEEP, compreende suas empresas controladas total ou parcialmente, conforme demonstrada abaixo:



(\*) 50% mais 1 (uma) ação.

## Desempenho Operacional

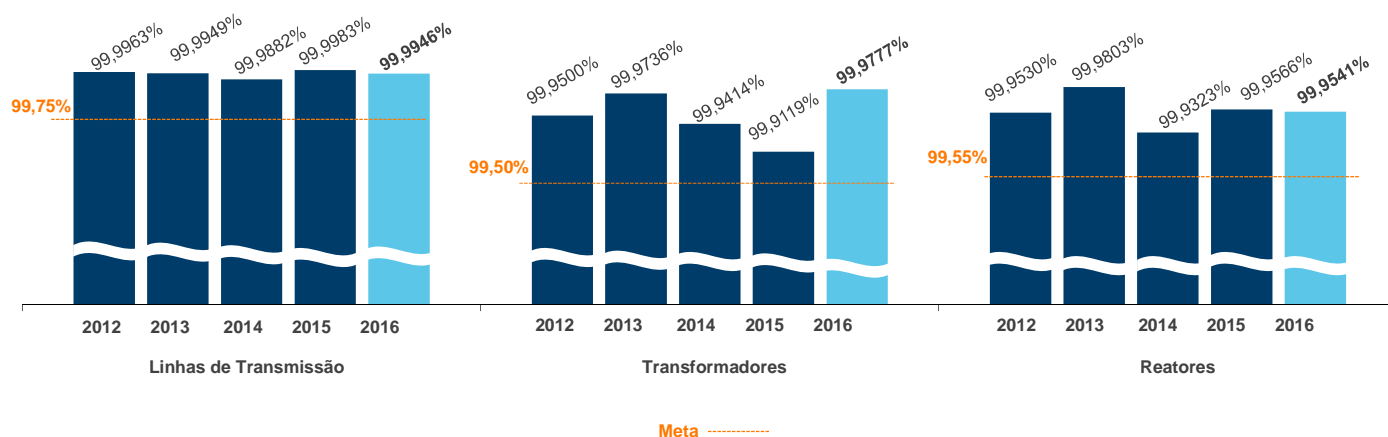
### ■ Excelência Operacional

De acordo com o Ministério de Minas e Energia (MME), o sistema elétrico brasileiro é formado por alguns sistemas isolados e pelo Sistema Interligado Nacional (SIN), que atende a mais de 98% da população do Brasil. A coordenação e o controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica do SIN são de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), sob fiscalização e regulação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

O setor tem seu marco regulatório consolidado pela Lei 10.848/2004, que define as regras de funcionamento e as atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica. O cumprimento dessas regras é fiscalizado pela ANEEL e o foco da Companhia é garantir a eficiência e qualidade na prestação dos serviços de transmissão com rentabilidade. Nesse sentido, a CTEEP também possui o Plano de Otimização de Ativos (POA) e o Programa de Melhorias da Transmissão (PMT), ambos focados no aperfeiçoamento contínuo de seus equipamentos e sistemas.

A CTEEP é remunerada pela disponibilidade de seus ativos através da Receita Anual Permitida (RAP). Isso significa que qualquer indisponibilidade em seus ativos poderá acarretar uma queda de sua remuneração, por meio de desconto na receita auferida pela disponibilidade. Os indicadores a seguir apresentam um resumo do desempenho operacional da CTEEP no período de 2012 a 2016.

### Disponibilidade dos Ativos (31/12/2016)



## RBSE

A Companhia reconheceu, em 30 de setembro de 2016, o ativo financeiro referente às instalações do RBSE com base nos valores e prazos divulgados na Nota Técnica ANEEL nº 336/2016. Abaixo as premissas utilizadas para cálculo do saldo inicial na data de seu reconhecimento, 30 de setembro de 2016:

PREMISSAS (R\$ mil)	Nota Técnica nº 336/16(*) base Jul/2017	Estimativa CTEEP base Set/2016
Base de Remuneração líquida em 31 de dezembro de 2012	3.896.328	3.896.328
Incorporação à Base de Remuneração Regulatória (BRR)	Julho de 2017	Julho de 2017
Prazo de pagamento da parcela de receita de janeiro de 2013 a junho de 2017	08 anos	08 anos
Prazo de pagamento da parcela remanescente	6,3 anos	6,3 anos
CAAE* + custo de capital de janeiro de 2013 a junho de 2017	5.711.454	4.457.994
CAAE* remanescente	3.114.951	3.348.965
RAP janeiro de 2013 a junho de 2017 - Componente Financeiro	943.183	906.503
RAP referente período remanescente - Componente Econômico	811.316	778.887
Acréscimo de PIS e COFINS a 9,25%, conforme legislação vigente	-	9,25%

A partir do reconhecimento, o valor referente às instalações do SE, passa a ser tratado como um ativo financeiro com prazo e taxa efetiva de juros específicos, de acordo com suas características. No 4º trimestre de 2016, a remuneração do ativo financeiro do SE, gerou receita de R\$ 206,8 milhões.

Com isso, o valor do RBSE atualizado até 31 de dezembro de 2016, resultou em **R\$ 8.809,5 milhões**, conforme demonstra o quadro abaixo, com impacto de R\$ 7.318,5 milhões no ativo financeiro, R\$ 6.503,6 milhões na receita operacional líquida e R\$ 2.211,2 milhões nas provisões de imposto de renda e contribuição social diferidos e R\$ 4.292,4 milhões no lucro líquido.

Contas a Receber (ativos de concessão) R\$ milhões	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
<b>O&amp;M</b>	<b>81,8</b>	<b>149,5</b>	<b>92,6</b>	<b>158,7</b>
Contas a receber serviços de O&M	81,8	149,5	92,6	158,7
<b>Ativo Financeiro</b>	<b>1.422,6</b>	<b>1.149,5</b>	<b>2.544,8</b>	<b>2.197,3</b>
Contas a Receber serviços de implementação de infraestrutura	1.396,2	1.137,2	2.443,2	2.111,2
Contas a receber por indenização	26,4	12,3	101,6	86,1
<b>Ativo Reversível - Lei 12.783</b>	<b>8.809,5</b>	<b>1.491,0</b>	<b>8.602,7</b>	<b>1.491,0</b>
Contas a receber (SE)	8.602,7	1.491,0	8.602,7	1.491,0
Correção (SE)	206,8	0,0	206,8	0,0
<b>Total</b>	<b>10.314,0</b>	<b>2.790,0</b>	<b>11.240,1</b>	<b>3.847,0</b>

O reconhecimento do ajuste da Base de Remuneração Regulatória (BRR), é tributável para fins de IR/CSLL concomitante ao efetivo recebimento.

Em 07/02/2017 foi encaminhado preliminarmente pela SFF/ANEEL o Relatório de Fiscalização com o resultado de R\$ 198,1 milhões de incremento ao valor base homologado do RBSE passando para R\$ 4,1 bilhões (pendente de homologação ANEEL, ainda não reconhecido nos resultados de 2016)

(\*)A Diretoria da ANEEL, em 21 de fevereiro de 2017, aprovou o resultado de sua Audiência Pública nº 068/20166, criada com a finalidade de incorporar os efeitos da Portaria MME 120/2016, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013. Uma análise preliminar realizada pela Companhia desta Audiência Pública indica que não há efeitos significativos nas estimativas registradas contabilmente. De forma que nenhuma alteração foi reconhecida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

## Desempenho Econômico-Financeiro - IFRS

### ▪ Receita Operacional Bruta

Em 2016, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 8.774,3 milhões, decorrente, substancialmente, da atualização do ativo financeiro do contas a receber do RBSE, no montante de R\$ 7.318,5 milhões.

Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
Infraestrutura	164,3	239,1	(31,3%)	171,9	278,7	(38,3%)
Operação e Manutenção	809,3	797,9	1,4%	835,8	829,6	0,8%
Remuneração Ativos de Concessão	239,1	170,4	46,7%	424,7	311,6	36,3%
Outras	26,9	25,6	4,9%	23,4	22,2	5,5%
<b>Sub-Total</b>	<b>1.239,5</b>	<b>1.233,1</b>	<b>0,5%</b>	<b>1.455,8</b>	<b>1.442,1</b>	<b>1,1%</b>
Remuneração Ativos de Concessão RBSE	7.318,5	0,0	-	7.318,5	0,0	-
<b>Total</b>	<b>8.558,0</b>	<b>1.233,1</b>	<b>594,0%</b>	<b>8.774,3</b>	<b>1.442,1</b>	<b>508,5%</b>

**Receita de Infraestrutura** - A receita de implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos.

A Receita de Infraestrutura consolidada totalizou R\$ 171,9 milhões em 2016, queda de 38,3% quando comparada aos R\$ 278,7 milhões de 2015, decorrente, principalmente, da conclusão de projetos de reforços, da implantação de novas instalações de infraestrutura nas subestações e da recapacitação de linhas de transmissão na Controladora. Nas Controladas, houve redução de receita de infraestrutura devido a fase de implementação da instalação de banco de transformadores, capacitores e reatores na IEPinheiros e Serra do Japi que se encerrou em 2015.

**Receita dos Serviços de Operação e Manutenção** – Em 2016, a Receita de Operação e Manutenção consolidada somou R\$ 835,8 milhões, aumento de 0,8% quando comparados aos R\$ 829,6 milhões de 2015.

Esse aumento é justificado, principalmente, pela (i) variação positiva de R\$ 80,0 milhões, referente ao IGPM/IPCA aplicados na parcela da receita de O&M, que corrigem a RAP do ciclo 2015/2016 para o ciclo de 2016/2017, dos contratos de concessão da Companhia, (ii) redução de entrada de novos projetos no montante de R\$ 12,4 milhões, (iii) variação negativa de R\$ 3,6 de antecipações e (iv) variação negativa da parcela de ajuste de R\$ 56,6 milhões.

**Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão** - A receita de juros é reconhecida pela taxa de juros efetiva sobre o saldo de investimento, sendo a taxa de juros efetiva aquela que iguala os recebimentos de caixa futuros estimados para a vida do ativo financeiro em relação ao valor contábil inicial deste ativo.

Excluindo a atualização do valor do contas a receber do RBSE, que impactou em um ajuste no ativo de R\$ 7.318,5 milhões, a Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão consolidada somou R\$ 424,7 milhões em 2016, aumento de 36,3% comparada a 2015 quando atingiu R\$ 311,6 milhões, refletindo, principalmente, o ajuste do ciclo da RAP 2016/2017 e a atualização do ativo financeiro calculada conforme taxa de juros efetiva de cada projeto.

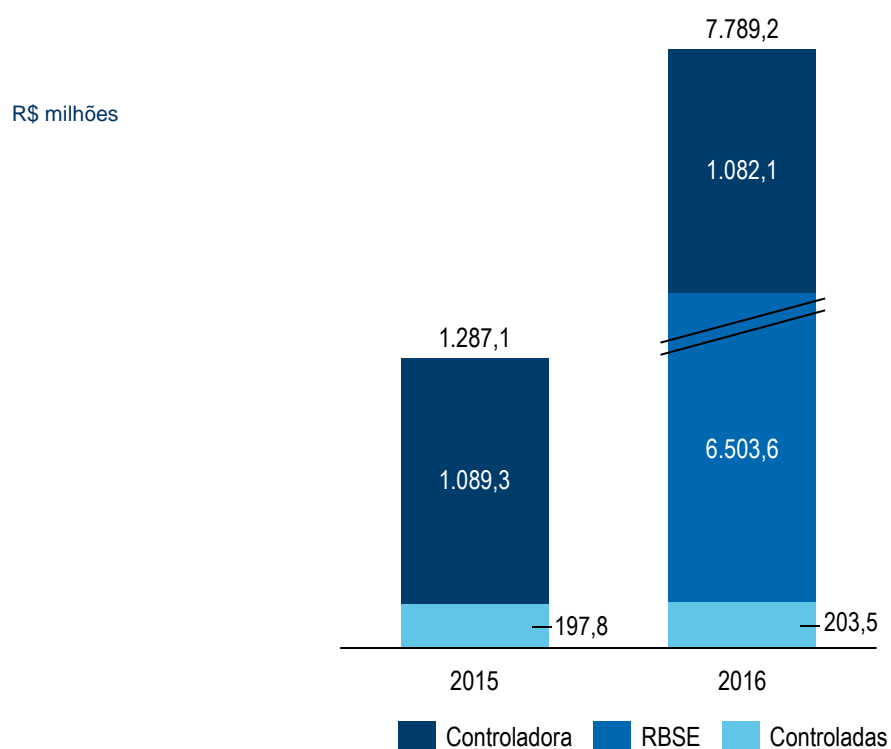
**Outras Receitas** - Referem-se a aluguéis com empresas de telecomunicação e prestação de serviços relacionados à manutenção e análises técnicas contratadas por terceiros. Em 2016, estas receitas totalizaram R\$ 23,4 milhões, aumento de 5,5% comparada ao 2015, quando registrou R\$ 22,2 milhões, principalmente pelo aumento de 7,4% nos aluguéis com empresas de telecomunicação

### ■ Deduções da Receita Operacional

As deduções da receita operacional consolidada atingiram R\$ 985,1 milhões em 2016, frente aos R\$ 154,9 milhões de 2015, trazendo o efeito da provisão de PIS e COFINS no montante de R\$ 814,9 milhões sobre a remuneração do ativo de concessão do RBSE.

### ■ Receita Operacional Líquida

A Receita Operacional Líquida em 2016 atingiu R\$ 7.789,2 milhões, decorrente, principalmente, do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE no montante de R\$ 6.503,6 milhões.



## ■ Custos e Despesas de O&M e Infraestrutura

Os custos e despesas de O&M em 2016, registraram R\$ 479,5 milhões, queda de 8,2% em relação aos R\$ 522,3 milhões de 2015.

A variação dos custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 5,7% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,32% concedido em agosto de 2016, retroativo a junho de 2016, (ii) do aumento de 65,2% em materiais pelo efeito não recorrente da baixa de projetos de reforços no montante de R\$ 6,6 milhões e pelo consumo de estoque aplicado nas manutenções de linhas de transmissão e subestações e (iii) aumento 10,1% em serviços de terceiros, devido, principalmente, manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações, tais como substituição de espaçadores, contenção de erosão e tratamento anticorrosivo somado a reajuste contratual. A redução nas despesas de contingências deve-se, principalmente, pelo efeito não recorrente, do reconhecimento de despesas de contingências trabalhistas pela revisão de metodologia, realizada em 2015, quando a CTEEP passou a considerar histórico de condenações com provas disponíveis e casos análogos.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M para o período:

Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
Pessoal	(265,1)	(249,2)	6,4%	(275,2)	(260,3)	5,7%
Materiais	(12,8)	(6,9)	85,8%	(13,1)	(8,0)	65,2%
Serviços	(117,6)	(107,5)	9,4%	(125,0)	(113,5)	10,1%
Depreciação	(8,3)	(7,8)	5,3%	(9,1)	(8,5)	6,6%
Contingências	(1,8)	(76,3)	(98,5%)	(1,7)	(76,5)	(97,8%)
Outros	(55,3)	(53,6)	3,2%	(55,3)	(55,5)	(0,3%)
<b>Total</b>	<b>(460,9)</b>	<b>(501,3)</b>	<b>-8,1%</b>	<b>(479,5)</b>	<b>(522,3)</b>	<b>-8,2%</b>

Os custos de infraestrutura consolidados registraram R\$ 156,4 milhões em 2016, redução de 38,6% em relação a 2015. Esta variação acompanha a queda na receita de infraestrutura, decorrente da conclusão de projetos de reforços e menor atividade de implantação de infraestrutura.

Custos de Infraestrutura (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
<b>Total</b>	<b>(149,0)</b>	<b>(216,9)</b>	<b>(31,3%)</b>	<b>(156,4)</b>	<b>(255,0)</b>	<b>(38,6%)</b>

## ■ Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Outras receitas e (despesas) operacionais, registram em 2016, despesa de R\$ 27,9 milhões, principalmente pela provisão de R\$ 24,5 milhões decorrente da carta de cobrança emitida pela Eletrobras, referentes a revisão dos valores repassados pela Eletrobras, a título da indenização das instalações do RBNI, cuja metodologia de cálculo está sob revisão da ANEEL.

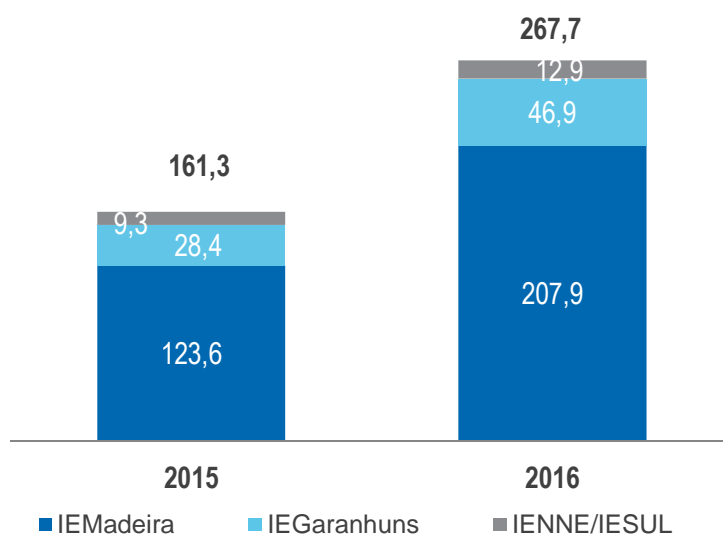
## Equivalência Patrimonial

O resultado da equivalência patrimonial em 2016 registrou receita de R\$ 267,7 milhões, aumento de 66,0% frente à receita de R\$ 161,3 milhões registrado em 2015.

A variação positiva decorre, principalmente, do resultado da subsidiária IEMadeira devido: (i) aumento do lucro bruto de R\$ 125,8 milhões, com impacto do ajuste de ciclo da RAP 2016/2017; (ii) aumento de despesas gerais e administrativas de R\$2,3 milhões; (iii) resultado financeiro impactado positivamente no valor de R\$ 3,5 milhões; e (iv) aumento com despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$ 42,7 milhões, proporcionalmente às receitas.

O crescimento no resultado da subsidiária IEGaranhuns representa, principalmente, o aumento do lucro bruto de R\$23,8 milhões, com impacto do ajuste de ciclo da RAP 2016/2017 no valor de R\$39,0 milhões; compensado pelo aumento de despesas gerais e administrativas e de Imposto de Renda e Contribuição Social.

(R\$ milhões)



## Resultado Financeiro

O resultado financeiro consolidado atingiu despesa de R\$ 109,9 milhões em 2016, aumento de 333,5% frente a despesa de R\$ 25,3 milhões registrada em 2015.

A variação reflete, principalmente, o fim das receitas de variação monetária e de juros ativos, referentes à atualização do IPCA + 5,59%, pelo recebimento do contas a receber de ativo reversível pela Lei nº 12.783/13, combinado com o aumento nas despesas de variação monetária pela atualização das provisões de demandas judiciais.

Resultado Financeiro (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
Rendimento de aplicação financeira/Juros Ativos	42,8	69,3	(38,2%)	68,0	87,0	(21,6%)
Variações monetárias líquidas	(34,0)	19,8	(271,9%)	(33,9)	19,7	(271,7%)
Juros e encargos sobre empréstimos	(126,9)	(123,3)	2,9%	(143,8)	(141,0)	(0,0%)
Outras	(0,0)	9,1	(100,1%)	(0,3)	9,0	(104,9%)
<b>Total</b>	<b>(118,2)</b>	<b>(25,3)</b>	<b>(366,9%)</b>	<b>(109,9)</b>	<b>(25,4)</b>	<b>333,5%</b>

### Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia provisiona mensalmente as parcelas para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, obedecendo ao regime de competência. A Controladora é tributada no regime do Lucro Real e as controladas são tributadas no regime de Lucro Presumido.

Com a extinção do Regime Tributário de Transição – RTT, por meio da Lei nº 12.973/14, a Companhia efetua ajustes na base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

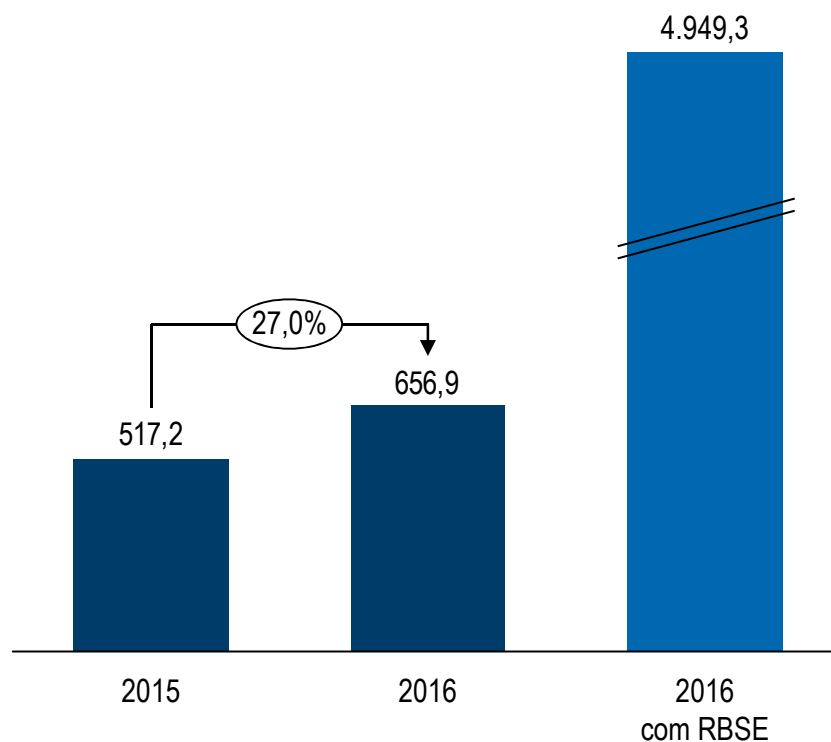
Os resultados da operação de implementação da infraestrutura para prestação do serviço de transmissão de energia elétrica e remuneração do ativo de concessão (ICPC 01), são reconhecidos por competência e oferecidos à tributação pelo regime de caixa (efetivo recebimento), de acordo com a legislação tributária.

Considerando o efeito do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE, o imposto de renda e contribuição social consolidado registra despesa de R\$ 2.333,9 milhões em 2016, decorrente da constituição de provisão de IR/CSLL diferido no montante de R\$ 2.211,2 milhões. A taxa efetiva de IRPJ/CSLL foi de 32,0% em 2016, comparado com 15,2% em 2015.

Excluindo o efeito, o imposto de renda e contribuição social consolidado geraram despesa de R\$ 122,7 milhões em 2016, 32,8% superior à despesa de R\$ 92,4 milhões de 2015, refletindo o aumento do resultado da Companhia.

### Lucro Líquido

O Lucro Líquido em 2016 totalizou R\$ 4.949,3 milhões, comparado a R\$ 517,2 milhões em 2015, decorrente do impacto de R\$ 4.292,4 milhões do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE. Excluindo esse efeito, o lucro líquido seria de R\$ 656,9 milhões no em 2016, aumento de 27,0% comparado a 2015.



## ■ EBITDA e Margem EBITDA

O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12 foi de R\$ 7.404,9 milhões. Excluindo o efeito do reconhecimento da remuneração do ativo de concessão do RBSE o EBITDA foi de R\$ 901,3 milhões em 2016, aumento de R\$ 225,5 milhões comparado ao Ebitda de R\$ 675,8 milhões registrado em 2016.

EBITDA ICVM 527 (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) Líquido	4.932,3	504,4	4.949,3	517,2
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	2.324,1	85,3	2.333,9	92,4
Resultado financeiro líquido	118,2	25,2	109,9	25,4
Depreciações e amortizações	10,8	40,2	11,6	40,9
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>7.385,4</b>	<b>655,0</b>	<b>7.404,9</b>	<b>675,8</b>
<b>Margem EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>97,4%</b>	<b>60,1%</b>	<b>95,1%</b>	<b>52,5%</b>
Efeitos reconhecimento RBSE	6.503,6	0,0	6.503,6	0,0
<b>EBITDA ex reconhecimento RBSE</b>	<b>881,8</b>	<b>655,0</b>	<b>901,3</b>	<b>675,8</b>
<b>Margem EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>81,5%</b>	<b>60,1%</b>	<b>70,1%</b>	<b>52,5%</b>

## Desempenho Econômico-Financeiro – Regulatório<sup>1</sup>

O Despacho ANEEL nº 3.371 de 22 de dezembro de 2016, estabeleceu as regras para os registros contábeis do ano de 2016.

A Companhia reconheceu contabilmente os efeitos do RBSE no ativo imobilizado em contrapartida da reserva de reavaliação no montante de R\$ 3.323,0 milhões. A reserva de reavaliação considera o Valor Novo de Reposição (VNR) na data base de dezembro de 2012, excluindo almoxarifado, corrigido pelo IPCA até a data de homologação do laudo de avaliação, 31 de dezembro de 2015.

De acordo com a metodologia proposta pela Nota Técnica nº 336/2016-SGT/ANEEL, o montante referente ao custo de capital dos ativos da RBSE será dado pela soma das parcelas de remuneração e depreciação, sendo reconhecido a partir do processo tarifário de 2017, que ocorrerá em 1º de julho. A parcela da depreciação apurada entre janeiro de 2013 e 30 de junho de 2017, referente ao Custo de Capital, será amortizada pelo período de 8 anos, a partir de 1º de julho de 2017. A realização da Reserva de Reavaliação na mesma proporção que a despesa de depreciação será apropriada ao resultado do período.

(R\$ milhões)

VNR 31 Dezembro 2012	Valor Contábil 31 Dezembro 2016	Atualização e Movimentação do Ativo	Reserva de Reavaliação
3.896,3	(1.490,0)	916,7	<b>3.323,0</b>

A Companhia prevê que a contabilização do RBSE, trará efeito no resultado regulatório, a partir do início do recebimento da nova RAP, julho de 2017.

<sup>1</sup> **Resultado Regulatório:** Refere-se aos números provenientes dos demonstrativos contábeis regulatórios da CTEEP e de suas Subsidiárias Controladas, que são auditados somente ao final de cada exercício social pelos auditores independentes (os resultados regulatórios de 2016 ainda não foram revisados pela auditoria). A principal diferença em relação às demonstrações societárias é a não aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12). O ICPC 01 traz impacto material nas Demonstrações Financeiras da Companhia e suas Subsidiárias, sobretudo no registro dos investimentos realizados nos ativos de transmissão, com reflexo nas contas patrimoniais de "Ativo Financeiro" e "Ativo Imobilizado", e alterações na estrutura e apresentação das Demonstrações de Resultados. Por isso, nosso objetivo na divulgação dessas informações, é meramente de colaborar para o entendimento do negócio da CTEEP.

### ■ Receita Operacional Bruta – Regulatório

Em 2016, a Receita Operacional Bruta Consolidada atingiu R\$ 1.099,5 milhões, aumento de 8,5% em relação a 2015, quando registrou R\$ 1.013,5 milhões. Este aumento decorre (i) da correção monetária do IPCA referente ao ciclo da RAP de 2015/2016 para o ciclo 2016/2017; (ii) da inclusão do recebimento do Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis (CAIMI) a partir de julho de 2015 e; (iii) da entrada em operação de novos investimentos no valor de R\$ 6,7 milhões.

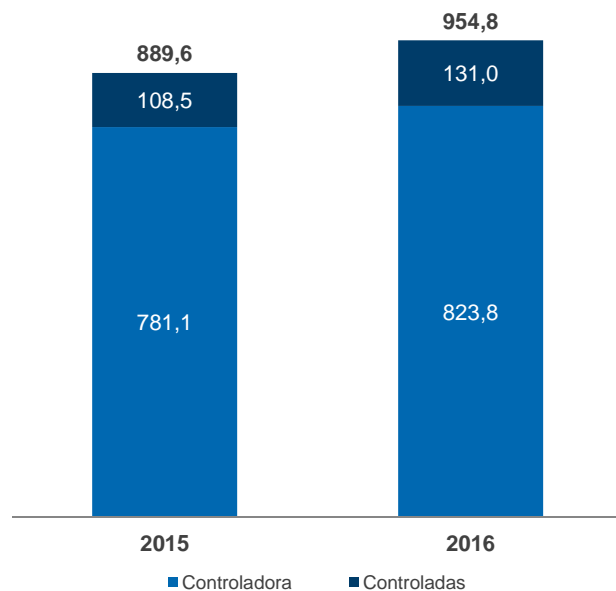
Receita Bruta (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
Disponibilidade da Rede Elétrica	931,5	871,5	6,9%	1.076,1	991,3	8,5%
Outras	26,9	25,6	4,9%	23,4	22,2	5,5%
<b>Total</b>	<b>958,4</b>	<b>897,2</b>	<b>6,8%</b>	<b>1.099,5</b>	<b>1.013,5</b>	<b>8,5%</b>

### ■ Deduções da Receita Operacional – Regulatório

As deduções da receita operacional atingiram R\$ 144,7 milhões em 2016, aumento de 16,7% comparadas aos R\$ 124,0 milhões em 2015, acompanhando o aumento na receita e também, o aumento da tarifa da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

### ■ Receita Operacional Líquida – Regulatório

A Receita Operacional Líquida Consolidada no ano de 2016 atingiu R\$ 954,8 milhões, aumento de 7,3% em relação a 2015 quando registrou R\$ 889,6 milhões.



### ■ Custos e Despesas de O&M – Regulatório

Os custos e despesas de O&M totais, registraram queda de 4,4%, em relação a 2015, atingindo R\$ 532,5 milhões em 2016.

A variação entre custos e despesas traz os efeitos, principalmente, (i) do acréscimo de 6,3% dos custos e despesas de pessoal em decorrência do dissídio coletivo de 9,32% concedido em agosto de 2016, retroativo a junho ; (ii) do aumento de 35,6% em materiais pelo efeito não recorrente da baixa de projetos de reforços no montante de R\$ 6,6 milhões e pelo consumo de estoque aplicado na manutenção de linhas de transmissão e subestações, (iii) do aumento de 17,6% em serviços de terceiros, devido, principalmente, manutenção e conservação de linhas de transmissão e subestações, tais como substituição de espaçadores, contenção de erosão e tratamento anticorrosivo somado a reajuste contratual.

A redução nas despesas de contingências deve-se, principalmente, pelo efeito não recorrente, do reconhecimento de despesas de contingências trabalhistas pela revisão de metodologia, realizada em 2015, quando a CTEEP passou a considerar histórico de condenações com provas disponíveis e casos análogos.

Abaixo é demonstrada a composição dos custos e despesas de O&M do período:

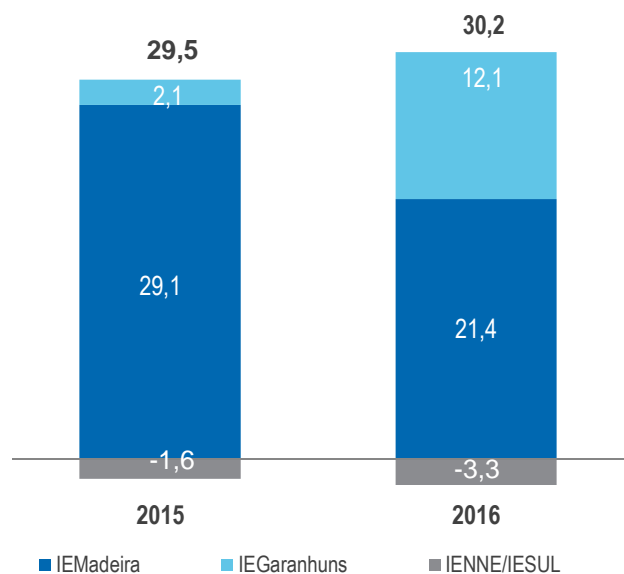
Custos e Despesas de O&M (R\$ milhões)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
Pessoal	(265,3)	(247,8)	7,1%	(275,2)	(258,8)	6,3%
Materiais	(13,3)	(9,8)	36,0%	(13,7)	(10,1)	35,6%
Serviços	(118,0)	(99,7)	18,3%	(124,3)	(105,6)	17,6%
Depreciação	(33,2)	(25,1)	31,9%	(60,0)	(50,7)	18,4%
Contingências	(1,5)	(76,3)	-98,0%	(1,5)	(76,5)	-98,1%
Outros	(55,6)	(53,6)	3,6%	(57,8)	(55,4)	4,3%
<b>Total</b>	<b>(486,8)</b>	<b>(512,3)</b>	<b>-5,0%</b>	<b>(532,5)</b>	<b>(557,3)</b>	<b>-4,4%</b>

### Equivalência Patrimonial – Regulatório

O resultado da equivalência patrimonial em 2016 registrou receita de R\$ 30,2 milhões, aumento de 2,4% em relação a 2015, quando reportou R\$ 29,5 milhões. A variação reflete, principalmente o aumento no resultado da subsidiária IEGaranhuns de R\$ 10,0 milhões decorrente da entrada em operação comercial no final de 2015, além da contabilização do ajuste do ciclo da RAP 2016/2017.

A subsidiária IEMadeira apresentou redução de R\$ 7,7 decorrente, principalmente, do impacto negativo da parcela de ajuste (PA) para o ciclo 2016/2017 e do aumento nos custos dos serviços operacionais pela manutenção das estações conversoras.

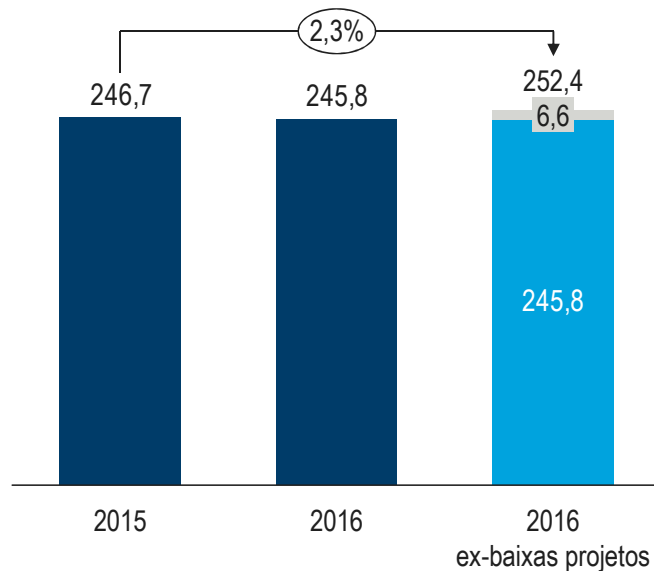
(R\$ milhões)



### Lucro Líquido – Regulatório

O lucro líquido em 2016 atingiu R\$ 245,8 milhões, redução de 0,4% em relação a 2015 quando registrou R\$ 246,7 milhões.

Excluindo o efeito não recorrente pela baixa de projetos de reforços no montante de R\$ 6,6 milhões, o lucro apresentou um aumento de 2,3%, atingindo R\$ 252,4 milhões.



■ **EBITDA e Margem EBITDA ICVM 527/12 – Regulatório**

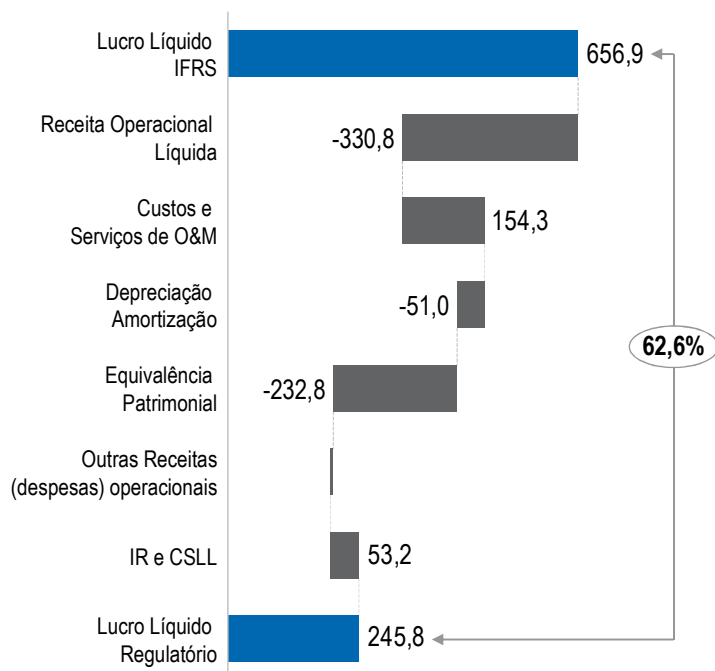
O Ebitda Consolidado, conforme ICVM 527/12, atingiu R\$ 487,9 milhões em 2016, aumento de R\$ 76,7 milhões comparado ao Ebitda registrado em 2015 de R\$ 411,2 milhões. A margem EBITDA em 2016 alcançou 51,1% no trimestre.

EBITDA (R\$ milhões)	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) Líquido	228,8	234,0	245,8	246,7
Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	62,2	50,8	69,7	56,1
Resultado financeiro líquido	118,2	25,2	109,9	25,4
Depreciações e amortizações	35,6	83,0	62,5	83,0
<b>EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>444,8</b>	<b>393,0</b>	<b>487,9</b>	<b>411,2</b>
<b>Margem EBITDA ICVM nº 527/12</b>	<b>54,0%</b>	<b>50,3%</b>	<b>51,1%</b>	<b>46,2%</b>

### Comparativo Lucro Líquido IFRS (ex- RBSE) vs Regulatório

No IFRS os investimentos são registrados como um ativo financeiro a ser liquidado ao longo da concessão, gerando uma receita e custo de construção. Este ativo financeiro quando atualizado, gera a receita de remuneração da infraestrutura. No regulatório, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, depreciados considerando sua vida útil e a receita (RAP) é reconhecida conforme seu faturamento, no prazo da concessão.

As principais variações entre o resultado Consolidado em IFRS e Regulatório em 2016 estão apresentadas abaixo:



**Receita Operacional Líquida:** Reconhecimento de Receita de Infraestrutura de R\$ 171,9 milhões e da Receita dos Ativos da Concessão de R\$ 424,8 milhões, combinado com a reclassificação da Receita de O&M de R\$ 240,3 milhões e PIS e CONFINS Diferido de R\$ 25,6 milhões, totalizando o ajuste de R\$ 330,8 milhões.

**Custos de Infraestrutura e O&M:** Reconhecimento de Custos de implementação de Infraestrutura e de O&M totalizando o ajuste de R\$ 154,3 milhões.

**Depreciação e Amortização:** Reversão dos Ativos Financeiros da Concessão em R\$ 51,0 milhões.

**Equivalência Patrimonial:** Ajustes nas controladas pela adoção do IFRIC 12 que impactam, principalmente, a contabilização das receitas de Infraestrutura e dos Ativos da Concessão.

**IR & CSLL:** a partir de 2015 a base de tributação do IR/CSLL é o IFRS com reconhecimento de imposto diferido sobre os resultados de infraestrutura e remuneração do ativo de concessão reconhecidos por competência e oferecidos a tributação pelo efetivo recebimento.

## Estrutura de Capital

### ■ Endividamento\*

A dívida bruta consolidada em 31 de dezembro de 2016 somou R\$ 1.010,5 milhões, queda de 7,9% em relação ao final de 2015 quando registrou R\$ 1.096,7 milhões, refletindo, principalmente, o pagamento em dezembro de 2016, de principal mais juros referentes a 2ª série da 1ª Emissão e da 3ª emissão, perfazendo o montante de R\$ 270,2 milhões, compensado, parcialmente, pela emissão em agosto de 2016 de R\$ 148,3 milhões de debêntures de infraestrutura.

As disponibilidades da CTEEP consolidada somavam R\$ 340,6 milhões em 31 de dezembro de 2016, queda de 23,7% em comparação ao registrado em 31 de dezembro de 2015 quando atingiu R\$ 446,2 milhões. Dessa forma, a dívida líquida consolidada totalizou R\$ 669,8 milhões, apresentando aumento de 3,0% em relação à dívida líquida ao final de 2015.

Empréstimos e Financiamentos (R\$ milhões)	2016	2015	Δ%
<b>Dívida Bruta</b>	<b>1.010,5</b>	<b>1.096,7</b>	<b>-7,9%</b>
Curto Prazo	264,0	251,9	4,8%
Longo Prazo	746,4	844,8	-11,6%
Disponibilidades CTEEP e Controladas	161,9	267,4	-39,4%
<b>Dívida Líquida CTEEP e Controladas</b>	<b>848,4</b>	<b>829,3</b>	<b>2,3%</b>
Disponibilidades Controladas em Conjunto*	178,7	178,8	0,0%
<b>Dívida Líquida Consolidada</b>	<b>669,8</b>	<b>650,5</b>	<b>3,0%</b>

(\*) Os recursos da Companhia estão concentrados em fundos de investimentos exclusivos, que também são utilizados para investimento pelas empresas controladas e controladas em conjunto, e referem-se a quotas de fundos de investimentos com alta liquidez, prontamente conversíveis em montante de caixa, independentemente do vencimento dos ativos neles alocados.

Os principais indicadores financeiros (*covenants*) a que a CTEEP está submetida são estabelecidos pela 1ª emissão de debêntures simples e pelos contratos de financiamentos com o **BNDES**:

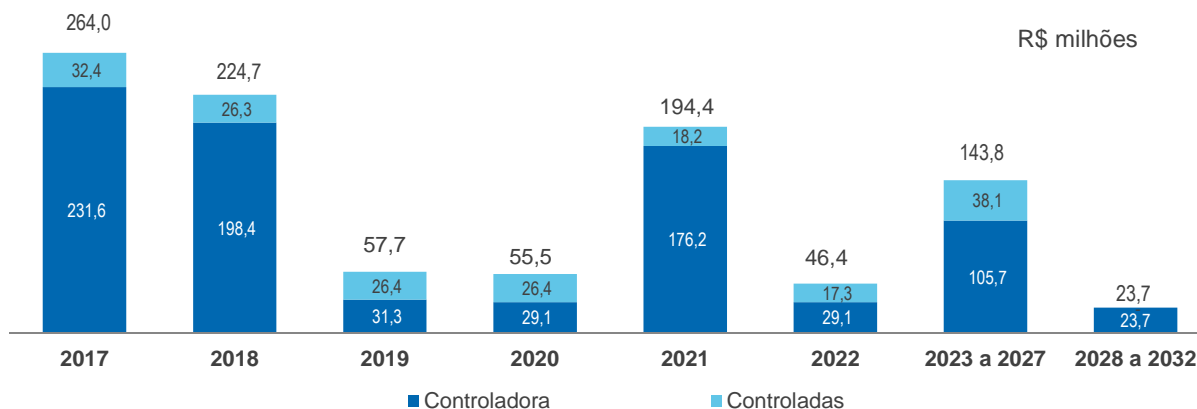
- Debêntures:** os indicadores financeiros estabelecidos na escritura são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado  $\leq 3,5$  e EBITDA Ajustado Debêntures/Resultado financeiro  $\geq 3,0$ , apurado trimestralmente. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 1ª Emissão de Debêntures Simples da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.
- Contratos de financiamento com BNDES (válidos para o ano de 2016):** os indicadores financeiros máximos exigidos nos contratos são: Dívida Líquida/EBITDA Ajustado BNDES  $\leq 4,5$  e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)  $\leq 0,6$ , apurados ao final de cada exercício social. Para fins de cálculo e comprovação dos referidos índices, a Companhia deverá consolidar todas as controladas e controladas em conjunto (de forma proporcional à sua participação), desde que detenha participação acionária igual ou superior a 10%.

A 3ª emissão de Debêntures exige o cumprimento integral dos indicadores financeiros contidos nos contratos de financiamento de BNDES. Os *covenants* e as exigências estabelecidas na 3ª Emissão de Debêntures da CTEEP estão sendo devidamente cumpridos pela Companhia.

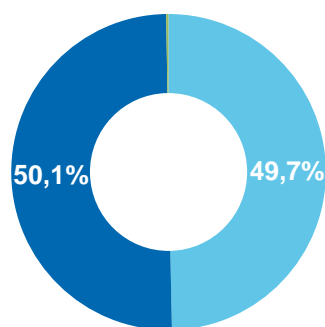
A 4ª emissão de Debêntures deve cumprir os indicadores financeiros estabelecidos na escritura que são Dívida Líquida/EBITDA Ajustado  $< 3,5$  e EBITDA Ajustado/Resultado financeiro  $> 1,5$  até a apuração realizada com data-base de 30 de junho de 2017 e, a partir da apuração realizada com a data-base de 30 de setembro de 2017.

O custo médio da dívida consolidada passou de 12,5% a.a. em 31 de dezembro de 2015 para 11,4% em 31 de dezembro de 2016. O IPCA acumulado dos últimos 12 meses foi de 8,74% e o CDI anualizado de setembro de 2016, foi de 12,88%. O prazo médio da dívida consolidada em 30 de dezembro de 2016 era de 3,9 anos, maior que o prazo de 2,7 anos apurados no final de 2015.

Abaixo, está demonstrado o cronograma de amortização do endividamento consolidado (Controladora e Controladas), a composição pelas contratações e seus respectivos indexadores. Para os anos subsequentes, o indicador Dívida Líquida/EBITDA é de 3,5 para 2017 e 3,0 para 2018, 2019 e 2020.

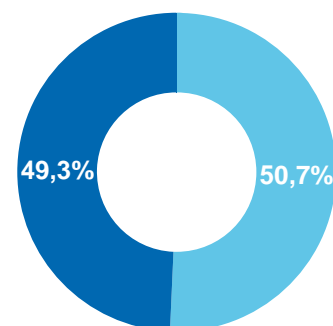


Contratação da Dívida e Indexação  
2016



Contratação da Dívida e Indexação  
2015

■ BNDES - TJLP  
■ Debêntures - CDI/IPCA



(\*) A abertura completa do endividamento da CTEEP de suas controladas e econcontroladas em conjunto estão nos ANEXOS deste documento.

## Leilão 013/2015 – Parte II

A CTEEP foi vencedora em lotes do Leilão 013/2015 – Parte II promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), em 28 de outubro de 2016, sendo:

- **Lotes 3 e 4**, através do Consórcio Columbia, do qual participou em parceria com TAESA – Transmissão Aliança de Energia Elétrica S.A., na proporção igualitária de 50%; e
- **Lote 21**, de forma individual.

Os Lotes 3 e 4 são compostos por 546 Km de linhas de transmissão nos Estados de Bahia e Minas Gerais. O consórcio arrematou os lotes sem deságio em relação à Receita Anual Permitida (“RAP”) definida pela ANEEL no edital do Leilão, garantindo uma RAP inicial para o total dos lotes de R\$ 178,0 milhões. O investimento previsto pela ANEEL para o conjunto dos lotes vencedores é de R\$ 850,7 milhões e a entrada em operação deverá ocorrer até fevereiro de 2022.

O Lote 21 é composto por 79 Km de linhas de transmissão e uma subestação no Estado do Espírito Santo. O deságio oferecido pela CTEEP foi de 25,14% em relação a Receita Anual Permitida (“RAP”) definida pela ANEEL no edital do Leilão, garantindo uma RAP inicial de R\$ 47,2 milhões. O investimento previsto pela ANEEL para o lote vencedor é de R\$ 297,8 milhões e a entrada em operação deverá ocorrer até fevereiro de 2022, segundo a melhor estimativa da Companhia.

R\$ milhões

Leilão 013/2015 - Parte II ANEEL	Lote 3 LT 500 KV Poções III - Padre Paraíso 2 C2	Lote 4 LT 500 KV Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 C2	Lote 21 LT 345kv Viana 2 - João Neiva 2 SE 345/138kv João Neiva 2
Localidade	Bahia e Minas Gerais	Minas Gerais	Espírito Santo
Investimento ANEEL	509.595	341.118	297.819
RAP ANEEL	106.613	71.424	63.059
RAP Leilão	106.613	71.424	47.200
Deságio	0	0	25,14%
Entrada em operação	Fev/22	Fev/22	Fev/22
KM de Linhas	338	208	79
KV	500	500	345

Os empreendimentos deverão entrar em operação comercial no prazo de 60 meses a partir da assinatura do contrato de concessão, que realizada em 10 de fevereiro de 2017.

## Investimentos

Em 2016, a CTEEP, suas controladas e controladas em conjunto, investiram em reforços, novas conexões e melhorias o total de R\$ 191,8 milhões. Se comparados aos R\$ 288,3 milhões previstos para o ano, a variação explica-se, principalmente, pela suspensão e postergação de projetos por pleitos da CTEEP buscando melhor rentabilidade e pelo esforço de negociações comerciais para redução de preços contratuais.

Em reunião realizada em Dezembro de 2016, o Conselho de Administração aprovou Plano de Investimentos para 2017 em até R\$ 513,8 milhões, sendo (i) R\$ 310,3 milhões em reforços, novas conexões, modernizações e melhorias na CTEEP, que geram receita adicional à Companhia a partir da energização de cada projeto de investimento; (ii) R\$ 157,6 milhões de investimentos pela subsidiárias para finalização de obras do projeto original de IEMadeira e IEGaranhuns, gastos iniciais da IEItaúnas, IEAimorés e IEParaguaçu, além de reforços e melhorias nas demais subsidiárias; e (iii) R\$ 45,9 milhões em capitalização de pessoal e corporativo.

Plano de Investimentos R\$ (milhões)	Projeção 2016	Realizado 2016	Var %	Projeção 2017	
<b>CTEEP (Investimentos na Controladora)</b>					
Reforços e Novas Conexões	78,9	76,1	-3,6%	236,9	
Modernizações e Melhorias	51,2	43,8	-14,4%	73,4	
Capitalização de Pessoal	29,1	27,3	-6,1%	29,7	
Outros	10,9	8,5	-21,9%	16,2	
<b>Subtotal CTEEP</b>	<b>170,1</b>	<b>155,8</b>	<b>-8,4%</b>	<b>356,2</b>	
<b>SUBSIDIÁRIAS (Investimentos totais ponderados pela participação da CTEEP)</b>					
IEMG	100%	4,6	2,9	-37,4%	12,0
IEPinheiros	100%	4,1	0,7	-83,0%	2,7
Serra do Japi	100%	7,3	3,9	-46,1%	10,6
Evrecy	100%	1,6	0,0	-97,1%	0,3
IE Itaúnas (Lote 21)*	100%	0,0	0,0	0,0%	9,1
IE NNE	25%	0,7	0,3	-60,2%	0,6
IESul	50%	7,9	4,3	-46,1%	4,7
IEMadeira	51%	81,9	17,6	-78,5%	81,3
IEGaranhuns	51%	10,1	6,4	-36,6%	13,5
IE Aimorés (Lote 3)*	50%	0,0	0,0	0,0%	12,6
IE Paraguaçu (Lote 4)*	50%	0,0	0,0	0,0%	10,2
<b>Subtotal Subsidiárias</b>	<b>118,2</b>	<b>36,1</b>	<b>-69,5%</b>	<b>157,6</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>288,3</b>	<b>191,8</b>	<b>-33,5%</b>	<b>513,8</b>	

(\*) Lotes arrematados no Leilão ANEEL 013/2015 – Parte II de 28/10/2016

A postergação dos investimentos no IEMadeira está condicionada a conclusão dos testes integrados previstos para o 1º semestre de 2017

## Evento Subsequente

### ■ Emissão de Debêntures – ICVM 400

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia divulgou aviso ao mercado de oferta pública de distribuição de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, todas nominativas e escriturais, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, no montante total de até R\$ 300.000 mil. O valor nominal atualizado das Debêntures será amortizado integralmente, em uma única parcela, na data de vencimento, prevista para 15 de fevereiro de 2024, e a remuneração será paga anualmente, a partir da data de emissão. A liquidação financeira está prevista para ocorrer em 31 de março de 2017.

### ■ Contas a receber – Ativo da concessão

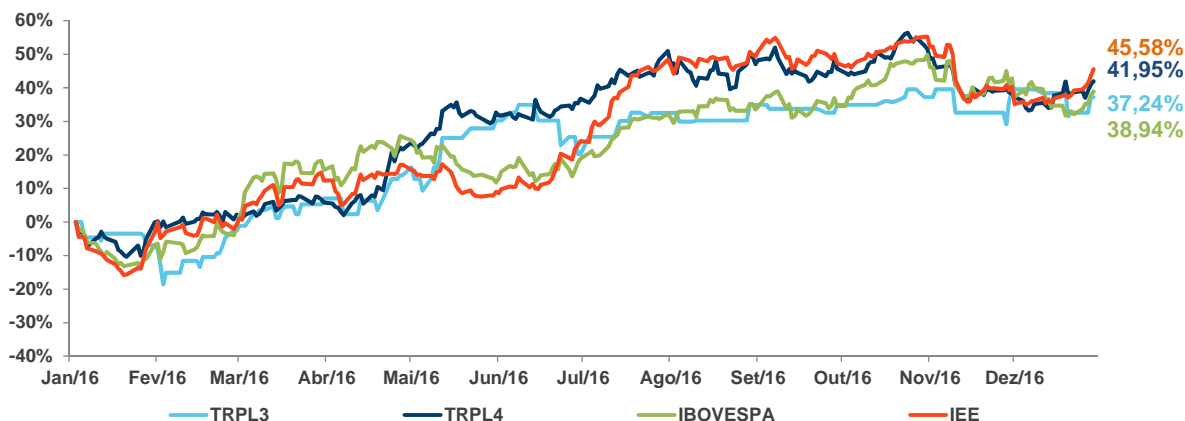
A Diretoria da ANEEL, em 21 de fevereiro de 2017, aprovou o resultado de sua Audiência Pública nº 068/20166, criada com a finalidade de incorporar os efeitos da Portaria MME 120/2016, que regulamenta a Lei nº 12.783/2013. Uma análise preliminar realizada pela Companhia desta Audiência Pública indica que não ha efeitos significativos nas estimativas registradas contabilmente. De forma que nenhuma alteração foi reconhecida nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

### ■ DIT

Em 13/02/2017, foi publicado no Diário Oficial da União a Resolução Normativa nº 758/2017 (anexo) a qual estabelece as condições gerais para incorporação das Demais Instalações de Transmissão – DIT pelas Distribuidoras, assim como lista em seu anexo as instalações atualmente sob concessão das transmissoras que atendem aos critérios e serão incorporadas pelas distribuidoras a partir de 1º de janeiro de 2019.

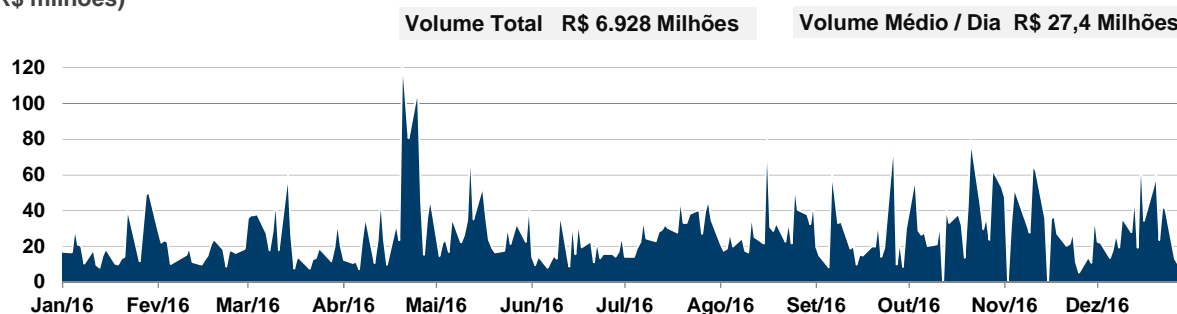
## Mercado de Capitais

As ações ordinárias e preferenciais da CTEEP (BM&FBovespa: TRPL3 e TRPL4) encerraram 2016 cotadas a R\$ 59,00 e R\$ 64,87, o que representa uma variação de 37,24% e 41,95%, respectivamente, em relação a 31 de dezembro de 2015. No mesmo período, o Ibovespa apresentou uma valorização de 38,94% e o Índice de Energia Elétrica (IEE) de 45,58%. Máxima histórica da TRPL4 de R\$ 71,48 em 24/10/2016



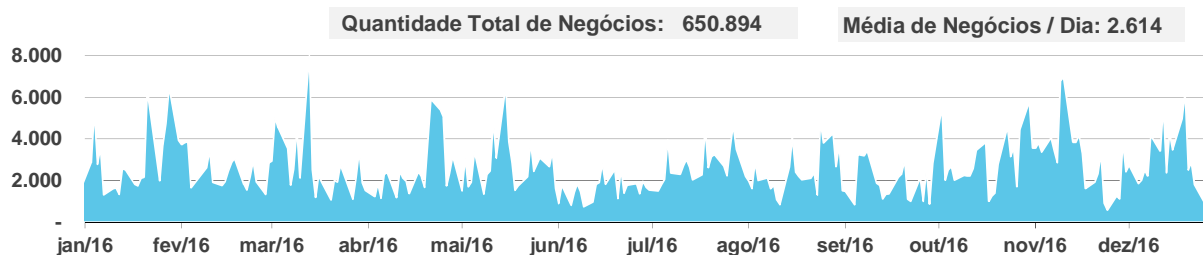
Em 2016, as ações preferenciais da CTEEP apresentaram volume médio diário de negociação na BM&FBovespa de R\$ 27,4 milhões.

### Volume Financeiro Negociado até 31/12/2016 (R\$ milhões)



Com uma média diária de 2.614 negócios, as ações preferenciais da CTEEP atingiram 650,9 mil negócios em 2016.

### Quantidade de Negócios até 31/12/2016 (unidades)



## Anexos

### Anexo I – Balanço Patrimonial IFRS

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.609	3.120	4.524	6.135
Aplicações Financeiras	124.479	230.855	336.138	440.054
Contas a Receber	1.091.764	220.566	1.221.016	319.961
Estoques	35.796	38.787	37.723	40.476
Tributos Correntes	8.248	4.928	8.563	5.763
Despesas Antecipadas	10.104	6.037	10.303	6.057
Outros	60.053	79.366	62.076	80.380
	<b>1.332.053</b>	<b>583.659</b>	<b>1.680.343</b>	<b>898.826</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Contas a Receber	9.222.081	2.569.403	10.225.808	3.526.968
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.150.358	965.920	1.150.358	965.920
Benefício Fiscal - ágio incorporado	0	0	0	0
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	0	183.809	0	183.809
Cauções e Depósitos Vinculados	70.166	66.252	70.175	66.268
Estoques	25.438	27.948	32.512	29.675
Outros	1.570	9.835	13.572	21.894
	<b>10.469.613</b>	<b>3.823.167</b>	<b>11.492.425</b>	<b>4.794.534</b>
Investimentos	2.757.784	2.394.590	1.826.930	1.572.641
Imobilizado	25.424	23.163	25.457	23.194
Intangível	18.219	22.649	41.843	49.509
	<b>2.801.428</b>	<b>2.440.402</b>	<b>1.894.231</b>	<b>1.645.344</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>14.603.094</b>	<b>6.847.228</b>	<b>15.066.999</b>	<b>7.338.704</b>

Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	32.872	32.530	71.679	71.070
Debêntures	192.368	180.782	192.368	180.782
Fornecedores	39.279	31.824	41.482	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	28.373	26.825	30.053	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17.540	16.200	17.540	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	12.598	21.442	12.751	21.821
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	139.946	2.156	139.946	2.156
Provisões	32.562	28.828	33.610	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.495	6.144	5.495	6.144
Outros	49.715	21.849	53.047	31.014
	<b>550.748</b>	<b>368.580</b>	<b>597.971</b>	<b>422.311</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	279.689	306.076	432.472	485.239
Debêntures	313.931	359.573	313.931	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	119.857	126.897	119.857	126.897
PIS e COFINS diferidos	945.480	107.741	989.445	149.022
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.068.537	0	2.106.603	35.801
Encargos Regulatórios a recolher	29.374	28.783	32.509	31.194
Provisões	153.035	189.320	153.035	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
Total exigível a longo prazo	<b>3.933.956</b>	<b>1.142.443</b>	<b>4.171.905</b>	<b>1.401.391</b>
Participação de Acionista não Controlador	0	0	178.733	178.796
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	2.372.437	2.215.291	2.372.437	2.215.291
Reservas de Capital	1.217.583	1.277.356	1.217.583	1.277.356
Reservas de Lucros	6.527.704	1.842.892	6.527.704	1.842.892
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	<b>10.118.390</b>	<b>5.336.205</b>	<b>10.118.390</b>	<b>5.336.205</b>
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	<b>14.603.094</b>	<b>6.847.228</b>	<b>15.066.999</b>	<b>7.338.703</b>

■ Anexo II – Demonstração de Resultados IFRS (R\$ mil)

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>8.558.047</b>	<b>1.233.093</b>	<b>594,0%</b>	<b>8.774.336</b>	<b>1.442.071</b>	<b>508,5%</b>
Infraestrutura	164.290	239.101	(31,3%)	171.902	278.685	(38,3%)
O&M	809.280	797.930	1,4%	835.786	829.551	0,8%
Ativos de concessão	7.557.589	170.419	4334,7%	7.743.248	311.647	2384,6%
Outras	26.888	25.643	4,9%	23.400	22.188	5,5%
<b>Deduções à Receita Operacional</b>	<b>(972.359)</b>	<b>(143.806)</b>	<b>576,2%</b>	<b>(985.096)</b>	<b>(154.941)</b>	<b>535,8%</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>7.585.688</b>	<b>1.089.287</b>	<b>596,4%</b>	<b>7.789.240</b>	<b>1.287.130</b>	<b>505,2%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(609.966)</b>	<b>(718.228)</b>	<b>(15,1%)</b>	<b>(635.832)</b>	<b>(777.308)</b>	<b>(18,2%)</b>
Pessoal	(285.521)	(267.255)	6,8%	(295.949)	(279.111)	6,0%
Material	(85.708)	(119.826)	(28,5%)	(86.640)	(142.799)	(39,3%)
Serviços	(173.317)	(193.445)	(10,4%)	(183.406)	(212.895)	(13,9%)
Outros	(65.420)	(137.702)	(52,5%)	(69.837)	(142.503)	(51,0%)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>6.975.722</b>	<b>371.059</b>	<b>1779,9%</b>	<b>7.153.408</b>	<b>509.822</b>	<b>1303,1%</b>
Equivalência Patrimonial	426.824	281.766	51,5%	267.706	161.306	66,0%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(27.939)	(37.919)	(26,3%)	(27.939)	(36.190)	(22,8%)
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>7.374.607</b>	<b>614.906</b>	<b>1099,3%</b>	<b>7.393.175</b>	<b>634.938</b>	<b>1064,4%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(118.152)</b>	<b>(25.206)</b>	<b>368,7%</b>	<b>(109.929)</b>	<b>(25.356)</b>	<b>333,5%</b>
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	42.785	69.266	(38,2%)	68.032	86.956	(21,8%)
Resultado de Variação monetária líquida	(33.989)	19.771	(271,9%)	(33.902)	19.727	(271,9%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(126.939)	(123.303)	2,9%	(143.799)	(141.047)	2,0%
Outras	(9)	9.060	(100,1%)	(260)	9.008	(102,9%)
<b>Lucro operacional</b>	<b>7.256.455</b>	<b>589.700</b>	<b>1130,5%</b>	<b>7.283.246</b>	<b>609.582</b>	<b>1094,8%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(2.324.143)</b>	<b>(85.270)</b>	<b>2625,6%</b>	<b>(2.333.912)</b>	<b>(92.396)</b>	<b>2426,0%</b>
Corrente	(71.797)	(80.523)	(10,8%)	(79.301)	(85.804)	(7,6%)
Diferido	(2.252.346)	(4.747)	47347,8%	(2.254.611)	(6.592)	34102,2%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>4.932.312</b>	<b>504.430</b>	<b>877,8%</b>	<b>4.949.334</b>	<b>517.186</b>	<b>857,0%</b>
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(17.022)	(12.756)	100,0%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>4.932.312</b>	<b>504.430</b>	<b>877,8%</b>	<b>4.932.312</b>	<b>504.430</b>	<b>877,8%</b>

■ Anexo III – Fluxo de Caixa IFRS (R\$ mil)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2016	2015	2016	2015
Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.618	479.610	135.026	543.647
<b>Caixa Gerado nas Operações</b>	<b>387.953</b>	<b>481.625</b>	<b>586.530</b>	<b>638.062</b>
Lucro Líquido	5.004.342	504.430	5.021.364	517.186
Atualização do Contas a Receber Lei 12.783 -SE	(7.318.492)	0	(7.318.492)	0
PIS e COFINS diferidos	837.738	27.874	840.423	31.050
Depreciação e Amortização	8.313	7.776	9.061	8.525
IR e CSSL diferidos	2.252.346	4.747	2.254.611	6.592
Demandas Judiciais	(63.749)	36.937	(64.041)	37.136
Custo residual do ativo imobilizado	5.320	375	5.341	375
Benefício fiscal - ágio incorporado	37	29.887	37	29.887
Amortização ativo de concessão na aquisição da controlada	2.491	2.491	2.491	2.491
Realização perda em controlada em conjunto	(2.276)	(2.340)	(2.276)	(2.340)
Resultado de equivalência patrimonial	(498.854)	(281.766)	(339.736)	(161.306)
Juros e variações monetárias e cambiais s/ ativos e passivos	160.737	151.214	177.748	168.466
<b>Variações nos Ativos</b>	<b>-376.192</b>	<b>24.206</b>	<b>-456.124</b>	<b>-45.157</b>
Contas a receber	(205.384)	137.881	(279.127)	51.013
Estoques	5.501	14.684	(84)	13.538
Valores a receber – Secretaria da Fazenda	(184.438)	(163.818)	(184.438)	(163.818)
Tributos e contribuições a compensar	(3.320)	27.300	(2.800)	28.799
Cauções e depósitos vinculados	215	(3.899)	222	(3.915)
Outros	11.234	12.058	10.103	29.226
<b>Variações nos Passivos</b>	<b>10.857</b>	<b>-26.221</b>	<b>4.620</b>	<b>-49.258</b>
Fornecedores	7.455	(14.657)	6.532	(40.520)
Tributos e encargos sociais a recolher	1.548	2.184	1.636	1.896
Impostos Parcelados - Lei n° 11.941	(16.927)	(15.603)	(16.927)	(15.603)
Encargos Regulatórios a recolher	(12.171)	(12.292)	(11.857)	(12.886)
Provisões	3.734	1.842	3.853	2.288
valores a pagar FUNCESP	(649)	769	(649)	769
Outros	27.867	11.536	22.032	14.798
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>	<b>170.569</b>	<b>71.155</b>	<b>100.998</b>	<b>51.082</b>
Aplicação Financeira	106.376	167.768	103.916	39.547
Transações com acionistas não controladores	0	0	(17.085)	102.473
Imobilizado	(5.745)	(2.166)	(5.768)	(2.184)
Intangível	(5.718)	(1.111)	(5.721)	(1.335)
Investimentos	(2.394)	(120.964)	(2.394)	(103.364)
Dividendos Recebidos	78.050	27.628	28.050	15.945
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-194.697</b>	<b>-549.035</b>	<b>-237.636</b>	<b>-593.291</b>
Adições de empréstimos	150.407	103.877	150.407	103.877
Pagamentos de empréstimos (inclui juros)	(332.767)	(288.011)	(375.706)	(332.267)
Dividendos pagos	(109.710)	(364.901)	(109.710)	(364.901)
Aumento de Capital	97.373	0	97.373	0
<b>Varição de Caixa e Equivalentes</b>	<b>-1.511</b>	<b>1.730</b>	<b>-1.611</b>	<b>1.439</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.120	1.390	6.135	4.696
<b>Saldo Final de Caixa e Equivalentes</b>	<b>1.609</b>	<b>3.120</b>	<b>4.524</b>	<b>6.135</b>

■ Anexo IV - Composição do Endividamento Consolidado (R\$ mil)

Fontes	Encargos	Vencimentos	2016	2015
BNDES	TJLP + 1,8% ano	15/03/29	231.010	246.316
	3,50% a.a.	15/01/24	72.291	82.538
	4,00% a.a.	15/08/18	128	204
	6,00% a.a.	15/11/19	6.723	9.029
	TJLP	15/03/29	1.918	0
<b>Debêntures - CTEEP</b>				
2ª Série	IPCA + 8,1% ano	15/12/17	22.306	41.608
Série Única	116% CDI	26/12/18	334.547	498.747
4ª Emissão - Série única	IPCA + 6,04%aa	15/07/21	149.447	0
<b>Outros - CTEEP</b>				
Eletrobras	8% ano	15/11/21	154	196
Arrendamento Mercantil	-	-	336	323
<b>Total Dívida Bruta CTEEP:</b>			<b>818.860</b>	<b>878.961</b>
<b>BNDES</b>				
IEMG	TJLP + 2,4% ano	15/04/23	32.786	37.425
	TJLP + 2,6% a.a.	15/05/26	33.965	37.132
PINHEIROS	5,5% a.a.	15/01/21	41.043	51.092
	3,50% a.a.	15/04/23	11.471	13.282
SERRA DO JAPI	TJLP + 2,1% a.a.	15/02/28	6.005	6.451
	TJLP + 1,9% ano	15/05/26	35.577	38.796
	TJLP + 1,5% ano	15/05/26	30.743	33.525
<b>Total Dívida Bruta Subsidiária</b>			<b>191.590</b>	<b>217.703</b>
<b>Total Dívida Bruta Consolidado (R\$ mil)</b>			<b>1.010.450</b>	<b>1.096.664</b>

■ Anexo V - Composição do Endividamento das Coligadas - (R\$mil)

Empresa	Fontes	Vencimentos	Total	Participação CTEEP
IE MADEIRA	ITAÚ BBA	18/03/2025	497.022	253.481
	BNDES	15/02/2030	1.352.150	689.596
	BNDES	15/10/2022	157.863	80.510
	BASA	10/10/2032	310.899	158.559
<b>Dívida Bruta IE Madeira (51% CTEEP)</b>			<b>2.317.934</b>	<b>1.182.146</b>
Disponibilidades			185.244	94.474
<b>Dívida Líquida IE Madeira (51% CTEEP)</b>			<b>2.132.690</b>	<b>1.087.672</b>
IENNE	BB	03/07/2015	15.632	3.908
	BNB	19/05/2030	192.998	47.671
<b>Dívida Bruta IENNE (25% CTEEP)</b>			<b>208.630</b>	<b>51.579</b>
Disponibilidades			1.736	434
<b>Dívida Líquida IENNE (25% CTEEP)</b>			<b>206.894</b>	<b>51.145</b>
IEGARANHUNS	BNDES	15/12/2028	216.950	110.645
	BNDES	15/08/2023	95.232	48.568
	BNDES	15/12/2028	1.595	814
<b>Dívida Bruta IE GARANHUNS (51% CTEEP)</b>			<b>313.777</b>	<b>160.026</b>
Disponibilidades			26.036	13.278
<b>Dívida Líquida IE GARANHUNS (51% CTEEP)</b>			<b>287.741</b>	<b>146.748</b>
IE SUL	BNDES	15/01/2021	8.366	4.183
	BNDES	15/08/2023	4.238	2.119
	BNDES	15/08/2028	6.590	3.295
	BNDES	15/05/2025	8.079	4.039
<b>Dívida Bruta IE SUL (50% CTEEP)</b>			<b>27.272</b>	<b>13.636</b>
Disponibilidades			1.005	503
<b>Dívida Líquida IE SUL (50% CTEEP)</b>			<b>26.267</b>	<b>13.134</b>
<b>TOTAL Dívida Bruta (R\$ milhões)</b>			<b>2.867.614</b>	<b>1.407.388</b>
<b>TOTAL Dívida Líquida (R\$ milhões)</b>			<b>2.653.593</b>	<b>1.298.699</b>

■ Anexo VI – Subsidiárias

Subsidiária	Estado(s)	Entrada em Operação	RAP 2016/2017 (R\$ milhões)	Vencimento do Contrato	Composição Acionária
Interligação Elétrica Minas Gerais	Minas Gerais	Dez/08	16,9	Abr/37	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Pinheiros	São Paulo	(*)	53,8	Out/38	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Serra do Japi	São Paulo	Mar/12	57,9	Nov/39	CTEEP 100%
Evrecy	Minas Gerais Espírito Santo	Nov/08	13,4	Jul/25	CTEEP 100%
Interligação Elétrica Norte e Nordeste	Tocantins	Jan/11	40,9	Mar/38	Isolux 50% CTEEP 25% CYMI 25%
Interligação Elétrica Sul	Rio Grande do Sul	(**)	16,9	Out/38	CTEEP 50% + 1 ação CYMI 50%
Interligação Elétrica Madeira	Rondônia / São Paulo	(***)	445,6	Fev/39	CTEEP 51% Fumas 24,5% Chesf 24,5%
Interligação Elétrica Garanhuns	Pernambuco	Dez/15	93,5	Dez/41	CTEEP 51% Chesf 49%

(\*) Lote H - As subestações de Araras, Getulina e Mirassol entraram em operação em 05 de setembro de 2010, 10 de março de 2011 e 17 de abril de 2011, respectivamente.

Lote E - A subestação Piratininga entrou em operação em 26 de dezembro de 2011.

Lote K – A subestação Atibaia II (leilão 004/2008) entrou em operação em 08 de janeiro de 2013. A subestação Itapeti (leilão 004/2011) entrou em operação em 09 de agosto de 2013.

(\*\*) Lote F - A linha de transmissão Nova Santa Rita - Scharlau e a subestação Scharlau entraram em operação comercial em 06 de dezembro de 2010.

Lote I - A subestação Forquilha entrou em operação em 10 de outubro de 2011. A linha de transmissão Jorge Lacerda B - Siderópolis entrou em operação em 21 de agosto 2012. A linha de transmissão Joinville Norte - Curitiba possui a entrada em operação prevista para ocorrer no 2º semestre de 2015.

(\*\*\*) Lote D - Linha de transmissão Coletora Porto Velho – Araraquara 2, entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013 (RAP de R\$ 235,8 milhões)

Lote F - As estações Inversora e Retificadora (contrato de concessão no 015/2009) entraram em operação comercial provisória em 12 de maio de 2014. Os ativos desde Contrato de Concessão foram declarados livres de pendências impeditivas próprias em agosto de 2014. Em função da existência de pendências impeditivas decorrentes de outros agentes (relativas a não conclusão dos estudos conjuntos dos integradores no simulador de estudos elétricos do ONS), tem sido aplicado o fator redutor equivalente a 10% da receita associada ao contrato.

Os testes de comissionamento nas Estações Conversoras de Araraquara e Porto Velho encontram-se em sua etapa final, sendo que a operação comercial completa e a emissão pelo ONS do Termo de Liberação Definitivo estão previstos para o 1º semestre de 2017.

■ VIII – Balanço Patrimonial Regulatório

Ativo (R\$ mil)	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	1.609	3.120	4.524	6.135
Aplicações Financeiras	124.479	230.855	336.138	440.054
Contas a Receber	72.351	139.940	83.117	148.989
Estoques	14.773	38.787	16.700	40.476
Tributos e contribuições a compensar	8.248	4.928	8.563	5.763
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	23.518	0	23.518	0
Despesas Antecipadas	10.104	6.037	10.303	6.057
Crédito com controladas	18.340	29.500	18.041	29.200
Outros	43.807	50.452	46.127	51.767
	<b>317.229</b>	<b>503.619</b>	<b>547.031</b>	<b>728.440</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Realizável a longo prazo</b>				
Contas a Receber	9.117	9.167	9.117	9.324
Valores a Receber - Secretaria da Fazenda	1.150.358	965.920	1.150.358	965.920
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	229.085	243.042	229.085	243.042
Cauções e Depósitos Vinculados	70.166	66.252	70.175	66.268
Outros	1.570	9.249	13.572	21.307
	<b>1.460.296</b>	<b>1.293.630</b>	<b>1.472.307</b>	<b>1.305.861</b>
Investimentos	1.830.195	1.797.427	1.203.699	1.189.802
Imobilizado	5.822.056	2.371.586	6.560.107	3.133.654
Intangível	82.427	79.701	110.936	102.601
	<b>7.734.678</b>	<b>4.248.714</b>	<b>7.874.742</b>	<b>4.426.057</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.512.203</b>	<b>6.045.963</b>	<b>9.894.080</b>	<b>6.460.358</b>

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
Passivo e Patrimônio Líquido (R\$ mil)	31/12/16	31/12/15	31/12/16	31/12/15
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e financiamentos	32.872	32.530	71.679	71.070
Debêntures	192.368	180.782	192.368	180.782
Fornecedor	39.279	31.824	41.482	34.950
Tributos e Encargos sociais a recolher	28.373	26.825	30.053	28.417
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	17.540	16.200	17.540	16.200
Encargos Regulatórios a recolher	12.598	21.442	12.751	21.821
Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos a pagar	139.946	2.156	139.946	2.156
Provisões	32.562	28.828	33.610	29.757
Valores a Pagar - Fundação CESP	5.495	6.144	5.495	6.144
Outros	49.715	21.849	53.049	31.016
	<b>550.748</b>	<b>368.580</b>	<b>597.973</b>	<b>422.313</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>Exigível a longo prazo</b>				
Empréstimos e Financiamentos	279.689	306.076	432.472	485.239
Debêntures	313.931	359.573	313.931	359.573
Impostos parcelados - Lei nº 11.941	119.857	126.897	119.857	126.897
Encargos Regulatórios a recolher	29.374	28.783	32.510	31.194
Provisões	153.035	189.320	153.035	189.612
Obrigações Especiais - Reversão/Amortização	24.053	24.053	24.053	24.053
<b>Total exigível a longo prazo</b>	<b>919.939</b>	<b>1.034.702</b>	<b>1.075.858</b>	<b>1.216.568</b>
Participação de Acionista não Controlador	0	0	178.733	178.796
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	2.372.437	2.215.291	2.372.437	2.215.291
Reservas de Capital	1.217.583	1.277.356	1.217.583	1.277.356
Reservas de Lucros	1.127.814	1.149.368	1.127.814	1.149.368
Reserva de Reavaliação	3.323.016	0	3.323.016	0
Adiantamento para futuro aumento de capital	666	666	666	666
	<b>8.041.516</b>	<b>4.642.681</b>	<b>8.041.516</b>	<b>4.642.681</b>
<b>Total do Passivo e do Patrimônio Líquido</b>	<b>9.512.203</b>	<b>6.045.963</b>	<b>9.894.080</b>	<b>6.460.358</b>

■ Anexo IX – Demonstração de Resultado Regulatório

Demonstração de Resultado (R\$ mil)	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	Δ%	2016	2015	Δ%
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>958.419</b>	<b>897.155</b>	<b>6,8%</b>	<b>1.099.483</b>	<b>1.013.531</b>	<b>8,5%</b>
Disponibilidade da Rede Elétrica	931.531	871.512	6,9%	1.076.083	991.343	8,5%
Outras	26.888	25.643	4,9%	23.400	22.188	5,5%
Deduções à Receita Operacional	(134.622)	(116.098)	16,0%	(144.674)	(123.978)	16,7%
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>823.797</b>	<b>781.057</b>	<b>5,5%</b>	<b>954.809</b>	<b>889.553</b>	<b>7,3%</b>
<b>Custos e Despesas Operacionais</b>	<b>(486.809)</b>	<b>(512.285)</b>	<b>(5,0%)</b>	<b>(532.536)</b>	<b>(557.281)</b>	<b>(4,4%)</b>
Pessoal	(265.286)	(247.755)	7,1%	(275.182)	(258.795)	6,3%
Material	(13.291)	(9.773)	36,0%	(13.744)	(10.132)	35,6%
Serviços	(117.966)	(99.696)	18,3%	(124.276)	(105.641)	17,6%
Outros	(90.266)	(155.061)	(41,8%)	(119.334)	(182.713)	(34,7%)
<b>Resultado Bruto</b>	<b>336.988</b>	<b>268.772</b>	<b>25,4%</b>	<b>422.273</b>	<b>332.272</b>	<b>27,1%</b>
Equivalência Patrimonial	99.136	76.569	29,5%	30.152	29.527	2,1%
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(26.950)	(35.329)	(23,7%)	(26.950)	(33.598)	(19,8%)
<b>Resultado Anterior ao Resultado Financeiro e dos Tributos</b>	<b>409.174</b>	<b>310.012</b>	<b>32,0%</b>	<b>425.475</b>	<b>328.201</b>	<b>29,6%</b>
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>(118.152)</b>	<b>(25.206)</b>	<b>368,7%</b>	<b>(109.929)</b>	<b>(25.358)</b>	<b>333,5%</b>
Rendimento de Aplicação financeira/Juros Ativos	42.785	69.266	(38,2%)	68.032	86.956	(21,8%)
Resultado de Variação monetária líquida	(33.989)	19.771	(271,9%)	(33.902)	19.727	(271,9%)
Juros/Encargos sobre empréstimos	(126.939)	(123.303)	2,9%	(143.799)	(141.047)	2,0%
Outras	(9)	9.060	(100,1%)	(260)	9.006	(102,9%)
<b>Lucro operacional</b>	<b>291.022</b>	<b>284.806</b>	<b>2,2%</b>	<b>315.546</b>	<b>302.843</b>	<b>4,2%</b>
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro</b>	<b>(62.236)</b>	<b>(50.836)</b>	<b>22,4%</b>	<b>(69.738)</b>	<b>(56.117)</b>	<b>24,3%</b>
Corrente	(71.797)	(80.526)	(10,8%)	(79.299)	(85.807)	(7,6%)
Diferido	9.561	29.690	(67,8%)	9.561	29.690	(67,8%)
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período Antes da Participação do Acionista não Controlador</b>	<b>228.786</b>	<b>233.970</b>	<b>(2,2%)</b>	<b>245.808</b>	<b>246.726</b>	<b>(0,4%)</b>
Participação do Acionista não Controlador	0	0	0	(17.022)	(12.756)	100,0%
<b>Lucro/Prejuízo Consolidado do Período</b>	<b>228.786</b>	<b>233.970</b>	<b>(2,2%)</b>	<b>228.786</b>	<b>233.970</b>	<b>(2,2%)</b>

■ **Anexo X – Resultado Regulatório Coligada IEMadeira e IEGaranhuns (51% CTEEP)**

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE MADEIRA		
	2016	2015	Δ%
Receita Operacional Bruta	508,9	504,7	0,8%
Deduções à receita operacional	(64,7)	(64,2)	0,8%
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>444,2</b>	<b>440,5</b>	<b>0,8%</b>
Custos dos serviços de operação	(47,9)	(33,5)	43,1%
Depreciação	(137,2)	(137,3)	-0,1%
<b>Lucro Bruto</b>	<b>259,1</b>	<b>269,7</b>	<b>-3,9%</b>
Despesas Gerais e Administrativas	0,0	0,0	0,0%
Resultado Financeiro	(195,6)	(203,1)	-3,7%
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>63,5</b>	<b>66,6</b>	<b>-4,6%</b>
IR & CSLL*	(21,6)	(9,5)	-
<b>Lucro líquido</b>	<b>41,9</b>	<b>57,1</b>	<b>-26,6%</b>
<b>Participação CTEEP</b>	<b>21,4</b>	<b>29,1</b>	<b>-26,6%</b>

(\*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDAM, cujos benefícios foram concedidos nos meses de dezembro 2014 e dezembro de 2015, respectivamente. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.

Demonstração do Resultado (R\$ milhões)	IE GARANHUNS	
	2016	2015
Receita Operacional Bruta	104,5	6,5
Deduções à receita operacional	(13,3)	(0,2)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>91,2</b>	<b>6,3</b>
Custos dos serviços de operação	(5,7)	(0,5)
Depreciação	(31,2)	0,0
<b>Lucro Bruto</b>	<b>54,3</b>	<b>5,8</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(3,8)	0,0
Resultado Financeiro	(23,8)	0,0
<b>Lucro antes do IR &amp; CSLL</b>	<b>26,6</b>	<b>5,8</b>
IR & CSLL*	(2,9)	(1,7)
<b>Lucro líquido</b>	<b>23,7</b>	<b>4,0</b>
<b>Participação CTEEP</b>	<b>12,1</b>	<b>2,1</b>

(\*) Possui empreendimentos relativos a infraestrutura de linhas de transmissão e subestação de energia elétrica, em operação nas áreas de atuação da SUDENE, cujo benefício foi concedido no mês de dezembro 2016. O prazo de fruição do benefício fiscal é de 10 anos com redução de 75% do imposto sobre a renda e adicionais.